

CORES

**Actas do VII Colóquio da Secção Portuguesa
da Associação Hispânica de Literatura Medieval**

Isabel de Barros Dias
Carlos F. Clamote Carreto

Capa de: Esperança Marques

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA**

Palácio Ceia - Rua da Escola Politécnica, 147

1269-001 Lisboa

www.uab.pt

e-mail: cvendas@univ-ab.pt

DL: 320783/10

ISBN: 978-972-674-702-4

Printed by Publidisa

Tonalidades complementares no vocabulário da «Primeira Crónica Portuguesa»

Rita Braga Gomes

Doutoranda da Universidade do Porto (Faculdade de Letras)

A narrativa da «Estória de Afonso Henriques» tem sido, ao longo de décadas, alvo de diversas interpretações que adoptaram abordagens mais direccionadas para a análise do conteúdo textual propriamente dito, incluindo a estrutura, divisão por episódios e sequência, e tendo em conta as versões conhecidas, os testemunhos e as edições. Incontornáveis são os estudos de António José Saraiva¹, Diego Catalán², Lindley Cintra³ e mais recentemente de José Mattoso⁴, Pedro Picoito⁵ e Graça Videira Lopes⁶. É, no entanto, na obra de Filipe Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*⁷ (2008) que se encontra um estudo muitíssimo rigoroso e aprofundado das principais problemáticas que o texto coloca a qualquer estudioso da matéria, não só através de um manuseamento de fontes e estudos que não descarta qualquer pormenor, contradição ou coincidência, mas propondo também uma reconstrução crítica do texto, intitulando-o, a meu ver adequadamente, como *Primeira Crónica Portuguesa*.

O estudo que aqui apresento debruça-se precisamente sobre o texto desta edição, não com o intuito de oferecer mais uma interpretação da mensagem ideológica por ele veiculada, mas de reflectir acerca do facto de vocábulos que se evidenciam na narrativa poderem ser entendidos como cores primárias, que conjugando-se entre si, são matéria essencial para a obtenção da cor local bem conhecida: refiro-me à ideia de legitimação do poder em função do domínio sobre um território, alcançado por herança, defesa ou conquista. Apesar de esta noção atravessar todos os episódios da crónica, os vocábulos que melhor contribuem para a sua revelação concentram-se nos momentos da narrativa

¹ Saraiva, A. J., «Sobre o texto da tradição épica de Afonso Henriques», *Les Langues Neo-Latines*, 183-184, Janvier-Mars 1968.

² Catalán Menéndez Pidal, D., *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Editorial Gredos, 1962.

³ *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. de L. Cintra), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1951, vol. I.

⁴ Mattoso, J., «As três faces de Afonso Henriques», in *Naquele Tempo (ensaio de História Medieval)*, *Obras Completas de José Mattoso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol. I, p. 469-483; Mattoso, J., «A nova face de Afonso Henriques», in *Naquele Tempo (ensaio de História Medieval)*, *Obras Completas de José Mattoso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, Vol. I, p. 485-500; Mattoso, J., *Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

⁵ Picoito, P., «Espaço e Poder na Épica Medieval Portuguesa», *Colóquio-Letras*, 142, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro-Dezembro 1996.

⁶ Lopes, G. V., «Modelo e contra modelo: o retrato de Afonso Henriques nos textos medievais», *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Porto, Faculdade de Letras, 2005, p. 129-139.

⁷ Moreira, F., *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008

que apresentam a evolução e amadurecimento do herói, culminando na sua aclamação como rei, portanto não abordarei a crónica na íntegra.

Proponho então uma análise efectuada a três tempos, não indo totalmente ao encontro das divisões até hoje definidas noutros estudos, mas estabelecendo uma primeira pausa no fim do discurso narrativo inicial de apresentação do Conde D. Henrique. Um segundo momento será o do discurso directo da personagem; e um terceiro e último momento correspondente ao episódio das desavenças entre Afonso Henriques e a mãe. Definidos os *contextos de ocorrência* do léxico a analisar, foram estabelecidas subdivisões, denominadas como *situações dramáticas*, uma vez que se constituem como pequenos núcleos semânticos significativos que se diferenciam entre si num mesmo episódio, por encerrarem diferentes acções. Revelou-se também pertinente ter em conta outros dois factores, por muito provavelmente determinarem o léxico utilizado: o tipo de *discurso enunciativo* e o *sujeito central*, como objecto ou agente, em torno do qual se organiza a acção nesse discurso. Por fim, observaram-se as *classes e subclasses morfológicas*, não necessariamente predominantes, embora o sejam, que pareciam melhor contribuir definitivamente para a construção de um sentido sólido como o da associação entre terra e poder.

Nesta proposta de análise morfossintáctica conducente a considerações de ordem semântica, constatou-se a organização de vocábulos em torno da personagem central de cada contexto narrativo, evidenciando-se uma classe morfológica mais do que outra, consoante o contexto de ocorrência. Por exemplo, com a presença de nomes referentes à personagem, locais e indivíduos próximos num caso, ou verbos definidores de linhas de acção, noutro e, ao longo dos três momentos, a presença de determinantes ou pronomes possessivos, com um sentido que apenas em conjugação com as outras classes contribui definitivamente para a consolidação da ideia de posse territorial para legitimação da soberania.

O momento inicial da «Primeira Crónica Portuguesa» define-se como um contexto de introdução à personagem do Conde D. Henrique, centrando-se exclusivamente na sua apresentação. A narração é o único discurso enunciativo que ali se verifica, tendo como sujeito central o próprio conde, cuja caracterização evolui em quatro situações dramáticas onde é predominantemente agente das acções e num caso, objecto. Como agente é atribuído ao Conde D. Henrique o mérito da posse de território a partir da sua própria actuação, excepto na primeira situação referente ao casamento com D. Teresa, embora esta contribua para legitimar o seu poder sobre Portugal e Galiza. Nos casos seguintes, a personagem assume a posse territorial pelo exercício da guerra de defesa e conquista, através da indicação do local da sua morte, Astorga, e pela expressão do domínio sobre a região de Léon.

O nome assume nesta narração a importância de designar o sujeito central sob duas formas reveladoras do seu estatuto de poder: com os vocábulos “conde” (com quatro ocorrências) e “senhor” (com duas ocorrências), sendo que a primeira explicita um título nobre (que terá dado origem à designação da terra por si possuída: condado), e a segunda, com um valor semântico de carga feudo-vassálica, a reger no texto a referência a territórios (outros nomes com a importância de designar o local dominado), nomeando, portanto, aquele que, segundo Mattoso, exerce poderes senhoriais com autoridade sobre territórios ou vassalos. Este valor será confirmado no segundo momento de análise precisamente com a utilização do termo “vassalos”. Por outro lado, a presença de pronomes e determinantes

possessivos em três situações dramáticas é indispensável na valorização da ideia de apropriação da terra, como acontece nas expressões: «Estorga que era *sua*» e «(Astorga) fosse *sua* com *sas* perteenças»⁸ Não restam dúvidas quanto aos argumentos que justificam o poder exercido pelo conde sobre os seus territórios, a confirmar-se no episódio seguinte pela sua transmissão ao filho.

O segundo momento observado tem como contexto narrativo a passagem do testemunho de poder do conde a Afonso Henriques através da situação dramática do discurso do moribundo. Este episódio tem a peculiaridade de se desenrolar em discurso directo, o que condiciona o facto de o conde, enquanto sujeito enunciador, ser agente da acção, enquanto que Afonso Henriques, apesar de igualmente central, é um sujeito objecto, na sua presença implícita de receptor do discurso. Este posicionamento é determinado na expressão de transmissão territorial em dois pronomes, posicionados como sujeito e objecto indirecto: «toda esta terra que *te eu* leixo»⁹

Na formação deste discurso cria-se uma dinâmica de articulação entre três classes morfológicas, determinante para o objectivo de orientar a futura governação do filho, mas acima de tudo na evidência de uma transmissão de poder legitimador, uma vez mais, da posse territorial. Os nomes subdividem-se em três grupos semânticos: o primeiro nomeia o sujeito objecto da acção, marcado sintacticamente pelo uso do vocativo em início de pedidos, com as expressões “Filho” e “meu filho”, em que o laço familiar define o direito por herança; um outro nomeia o objecto da posse, incluindo território e pessoas, onde surge o vocábulo “vassalos”, entre topónimos ou as simples designações de “terra” ou “villa”, referindo-se tanto às posses presentes como àquelas que Afonso Henriques poderá almejar se seguir a actuação indicada pelo pai. Os outros dois grupos semânticos definem o tipo de actuação a acatar pelo filho (“honrra” e “menagem”, entre outros) e a quem se deverá dirigir (“filhosd’algo” e “homeens”). É de referir que muitos destes substantivos são anteceditos por determinantes possessivos, reconhecendo-se a importância da sua convivência sintáctica para a formação de sentidos como acontece em “teus homeens”, “meus vassalos”, onde o regime de organização social revela a autoridade sobre o séquito articulada com a necessidade de apoio para defesa da terra.

A terceira classe morfológica tem uma importância crucial no discurso do conde: são os verbos que o regem, numa semântica de transmissão pessoal de valores, assumindo também a função de ir alternando as acções entre agente e objecto, o que mantém uma dinâmica de reciprocidade entre pai e filho nas formas: “lheixo”; “não percas”; “gaanhey”; “toma”; “sejas”; “da-lhes”, “faze-lhes”, (introduz um terceiro elemento humano necessário na governação); outros verbos demonstram o paralelismo de valor condicional ou consecutivo em expressões como “se (...) leixares”, “arredará”; outros ainda, uma ordem de actuação imediata para que o filho obtenha o reconhecimento de soberania, nas formas: “Chama”; “mandar-t’ey fazer”; “te torna”; ainda as formas verbais que revelam o resultado dessa actuação, no caso “nom (...) perderás”; “conquistarás” e a expressão da conquista que dá direito à posse na expressão “que eu poborey” (como referência a Santa Maria de Braga).

⁸ Moreira, F., *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008, p.125.

⁹ *Id.*

O último excerto narrativo alvo desta análise tem como contexto a disputa entre Afonso Henriques e sua mãe pela posse do território de Portugal, subdividindo-se em variadas situações dramáticas onde convivem os dois tipos de discurso anteriormente observados: a narração e o discurso directo. Esta alternância confere a este momento uma maior dinâmica de trocas discursivas entre os sujeitos centrais: o rei português e D.Teresa, que, por sua vez, se articulam com outros sujeitos intervenientes, assumindo-se umas vezes como agentes, outras como objecto das principais acções.

Os nomes que correspondem às personagens surgem então, muitas vezes em discurso directo, com uma semântica que se refere ao laço familiar: por exemplo, em posição de vocativo quando D. Teresa lança a maldição ao filho. Curiosamente, o discurso directo de Afonso Henriques nunca se dirige à mãe, mas apenas ao conde D. Fernando e a Soeiro Mendes. A frequência das ocorrências evidencia-se neste episódio, através da repetição do nome do rei português 13 vezes e da palavra “madre” 9 vezes, sendo que o primeiro é predominantemente agente da acção, o que denota uma actuação mais dominadora, e o segundo, é principalmente objecto, na maior parte das vezes, começando a adivinhar-se não uma situação de passividade, mas de derrota nas contendidas com o filho. O nome “senhor” aparece em vocativo no discurso de Soeiro Mendes dirigido a Afonso Henriques, como demonstração do reconhecimento do seu poder senhorial, o que embora o superiorize, ainda não o coloca ao nível da realeza. No entanto, encontra-se também com uma frequência significativa, o vocábulo “emperador”, reforçado pelo facto de ser na maior parte das vezes agente da acção, o que não retira protagonismo a Afonso Henriques, antes contribui para uma medição de forças que valoriza as competências do rei português. Será interessante ainda notar que apenas no final do episódio, este aparece com o título “El rey dom Affonso de Purtugal”, como nomeação do estatuto alcançado no culminar das sucessivas vitórias.

Não menos importantes são os nomes que designam os territórios objecto de posse, com referência a 14 topónimos diferentes, sendo que alguns são repetidos no discurso, e com 7 ocorrências do vocábulo “terra”. Na relação dos sujeitos com o território, os determinantes e pronomes possessivos voltam a predominar neste momento narrativo, através da sua presença em discurso directo, como reforço da argumentação de posse tanto da parte da mãe, como da do filho, utilizando ambos a mesma justificação da herança da terra deixada pelo pai. No discurso narrativo, o pronome continua a estabelecer a ligação entre um sujeito e a posse de terra, por exemplo em relação a Afonso Henriques na expressão “terra de Leon que ele tinha por *sua*” ou no caso da mãe no exemplo “ouvesse todo Portugal por *seu*”. O determinante contribui também na expressão da forma de legitimação pela guerra, presente na indicação do modo como Afonso Henriques ganhou Portugal “*per sas armas*”.

Dado o contexto da exposição deste breve estudo, optei por não apresentar uma listagem exaustiva de todos os exemplos, e sim por fazer uma referência à sua presença e frequência, com aqueles que considere mais significativos. Identificados os valores centrais nos diferentes tipos de discurso, e que correspondem afinal à principal temática presente na *Primeira Crónica Portuguesa*. Penso poder afirmar que um estudo morfossintáctico e semântico de qualquer texto medieval de matéria historiográfica poderá ser também revelador de aspectos ideológicos, proporcionados através de campos lexicais que organizam a significação e revelam a cor local do texto, a partir de diferentes tonalidades discursivas.

Composto e paginado
na UNIVERSIDADE ABERTA

Impresso e acabado
na Publidisa Publicaciones Digitales S.A:

1.ª edição – 1.ª impressão – 200 exemplares

Lisboa, Novembro de 2010

Depósito legal n.º 320783/10